

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS

Oposição unida no maior protesto contra FHC

Maurício Moraes



Mais de 50 mil pessoas participaram do maior ato de protesto contra o governo federal, no dia 21 de abril, em Ouro Preto/MG. O ato teve a presença dos principais líderes da oposição.

O governador Itamar Franco afirmou que seu governo vai resistir à política de privatizações. O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, disse que FHC perde a credibilidade e vai predominando uma situação de ingovernabilidade no país. Todos defenderam a unidade para derrotar Fernando Henrique Cardoso

Página 3

Caravanas de diversas capitais e do interior de Minas levaram milhares de pessoas a Ouro Preto. Na foto ao lado, o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, durante seu discurso



Governo tem medo da CPI dos bancos

A prisão do ex-presidente do Banco Central, Chico Lopes (liberado no próprio dia 26), por se negar a depor, mostra que o governo pode perder o controle sobre a CPI do sistema financeiro. O favorecimento aos bancos Marka e Fonte Cidam é apenas a ponta do iceberg, num mar de lama que traz

prejuízos de bilhões de dólares para a sociedade brasileira. O Senado tem muito a investigar. O deputado federal Agnelo Queiroz (PCdoB/DF) entregou ao presidente da CPI uma relação de 56 bancos inadimplentes que não poderiam receber favores do governo. Entre eles, estão o Marka e o Fonte

Cidam, que foram beneficiados com a mudança cambial. Também constam da relação, bancos que contribuíram para a campanha de Fernando Henrique, como Performance, Pontual, Rural e Real.

Acima de um "esquema" que reafirma o apodrecido padrão moral das

classes dominantes, os fatos revelam o sentido pernicioso da trama globalizada da agiotagem internacional, que enxuga das economias dependentes os recursos indispensáveis ao desenvolvimento, gerando recessão e desemprego, atribuindo ao dinheiro o destino dos ganhos fáceis na ciranda financeira.

Preocupado com os rumos da CPI, o presidente da República chamou ao Planalto os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL) e Jader Barbalho (PMDB). A atuação do Ministério Público pode revelar relações promíscuas nas hostes do poder.

As conclusões da CPI, ainda que limitadas, vão oferecer mais fôlego à disposição de mudar o atual quadro desfavorável ao povo brasileiro. Vão permitir maior desenvoltura à palavra de ordem que oferece o norte político atual: "Basta de FHC"

Página 5

PCdoB/RJ lança campanha de filiação

Utilizando out-doors, cartazes, inserções em TV e rádio e a publicação de materiais específicos, o Comitê Estadual do PCdoB no Rio de Janeiro lançou um arrojado plano de construção partidária. Ao lado, um dos 35 out-doors da capital.



Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

PCdoB

Sepultura de Osvaldão pode ter sido descoberta

MAURO PANZERA

A Guerrilha do Araguaia, que foi tema da prova do vestibular este ano nas universidades paraenses, mais uma vez é motivo de comentários e da curiosidade popular no Pará e no país. Agora surge uma notícia que pode ajudar a esclarecer detalhes importantes do movimento guerrilheiro e das atitudes repressivas da ditadura militar. O ex-militar Raimundo Nascimento, em contato com militantes do PCdoB tendo a frente Paulo Fonteles, indicou o local de sepultamento de três guerrilheiros nas proximidades da base de Xambioá, onde prestava guarda no período de 73 a 74. No local, afirma Raimundo Nascimento, está enterrado Osvaldão, um dos mais renomados participantes da guerrilha. Osvaldo de Souza é, ainda hoje, lembrado pela população da área que o conheceu. Além dele estariam na cova Walkíria Afonso e um terceiro guerrilheiro que ele não sabe quem é.

Paulo Fonteles, coordenador estadual da UJS e dirigente do PCdoB, es-

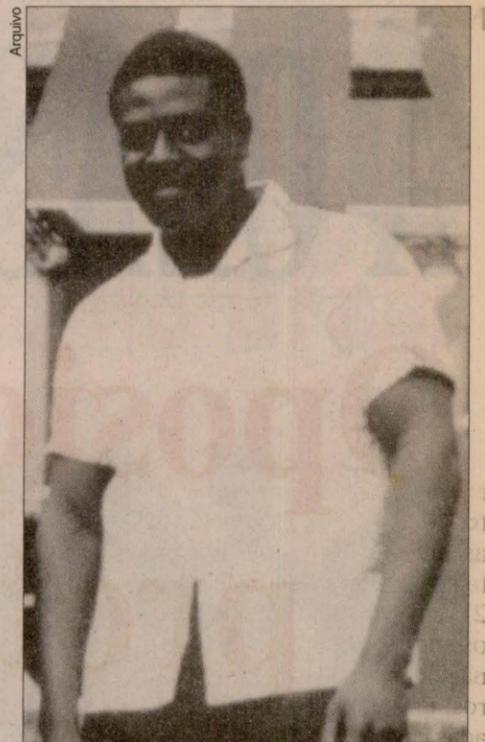
teve no local e confirmou que de fato há três sepulturas. Em se confirmando a legitimidade da informação, é a primeira vez que um combatente do lado do exército indica com precisão um dos locais de sepultamento das forças guerrilheiras. Além de indicar as sepulturas, Raimundo Nascimento apresenta duas fotografias bastante reveladoras. Em uma delas aparece o ex-sargento Santa Cruz, responsável pela área da Bacaba e conhecido torturador, com um suposto guerrilheiro. Em outra aparece o guerrilheiro Dió, jovem camponês até hoje desaparecido. Raimundo Nascimento hoje trabalha como camponês no sul do Estado, não mantendo ligações com o Exército.

Segundo Paulo Fonteles, as medidas que serão tomadas são a mobilização da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o Ministério da Justiça e a Comissão Especial dos Desaparecidos, objetivando trazer à região uma equipe de legistas para proceder aos exames de DNA. Essas atitudes devem confirmar a veracidade das informações do ex-mi-

litar Raimundo Nascimento.

Correm ainda informações sobre a realização de exumações clandestinas por parte de membros das Forças Armadas na região durante os últimos três anos. A própria equipe de antropólogos forenses da Argentina, que esteve no local, fala em seu relatório de exumações que ocorreram na área das Andorinhas. Um dos corpos pode ser o de Maurício Grabóis. Moradores da área falam também em exumações ocorridas na reserva indígena dos Suruís. Há evidências de sepulturas nos municípios de Brejo Grande, São Domingos, São Geraldo e Palestina. Estas exumações, como também a presença do Major Curió na área, procurando intimidar os lavradores, foram denunciadas por Paulo Fonteles para a Comissão dos Desaparecidos e para o Ministério da Justiça. O governo federal não tomou nenhuma medida para apurar o caso.

Existe uma articulação com o objetivo de formação do MTA (Movimento dos Torturados do Araguaia), envolvendo populares de Marabá, São João



Osvaldão, líder do Araguaia

do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Piçarra, Xambioá, Palestina e Brejo Grande. Está prevista uma reunião em Marabá para este mês de maio onde será formalizado o movimento. O MTA, junto com a deputada estadual Sandra Batista, entrará com projeto de Lei na Assembleia Legislativa do Pará prevenindo a reparação dos danos advindos da tortura realizada pelo exército e Polícia Militar na época.

Tão jovem como o futuro

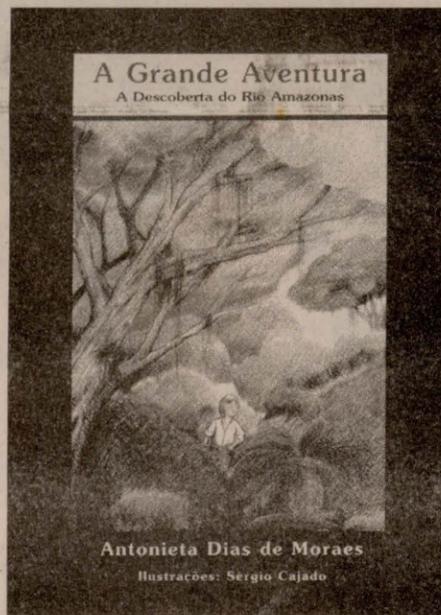
CLÓVIS MOURA
E JOSÉ CARLOS RUY

No final de 1993, Clóvis Moura recebe um telefonema de uma amiga que fora notável militante comunista na década de 1950, e que fazia uma solicitação fora do comum: havia assistido a um programa de propaganda partidária na televisão, e convenceu-se da necessidade e oportunidade de retomar o contato com o Partido Comunista do Brasil.

Nada de mais, pode-se pensar. Mas era uma solicitação notável que essa amiga, a escritora Antonieta Dias de Moraes, fazia – ela estava às vésperas de completar 80 anos de idade.

Antonieta reingressou no Partido. Teve vários contatos com dirigentes estaduais e nacionais; com vivacidade e vigor, insistia na necessidade dos comunistas voltarem-se aos jovens, ajudar seu desenvolvimento para, assim, preparar novas gerações de dirigentes. Ela era assim, e – nessa insistência – estava em seu elemento: era uma escritora premiada e reconhecida, principalmente fora do Brasil, cuja obra voltava-se quase que completamente para as crianças e os jovens.

Ela nasceu em Santos. Começou sua carreira de escritora em 1948, com



O último livro de 1998

livros de poesia. Influenciada por seu amigo Monteiro Lobato, começou a escrever livros infantis. Em 1950, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil. Foi ativa participante do movimento da paz. Dirigiu neste sentido juntamente com o escritor também comunista Afonso Schmidt a revista *Horizontes da paz*. Na década de 50 essa revista publicava materiais importantes sobre a fraternidade e o perigo da guerra. Em

1957, divorciada, mudou-se para o exterior. Viveu, durante 20 anos, na França, na Argentina e na Itália. Na Europa, foi secretária do escritor Miguel Angel Asturias, prêmio Nobel de literatura e autor de livros como *O senhor presidente*, *Week-end na Guatemala* e *Vento forte*, que ela traduziu para o português. Na França, lançou *A varinha do caçador* (1966), *A catarineta* (1973), *Três garotos na Amazônia* (1973, pelo qual recebeu o Prêmio "Loisirs Jeunes" de melhor livro do ano para crianças), e *O Segredo de Estado* (1975), que conta a epopéia de um grupo de meninos revolucionários e pelo qual recebeu o Prêmio Nacional da Espanha, em 1982. Só na Espanha esse livro vendeu mais de 400.000 exemplares, um sucesso de público da dimensão de Jorge Amado, por exemplo. De volta ao Brasil, publicou aqui seus livros lançados lá fora, e novos, como *Mistérios do grande rio* (1977), *Magaroa* (1978) e *Juramento sob o punhal* (1988). Entre suas obras para o público adulto destaca-se *Zumbi de Palmares, poema em sete cantos*, publicado originalmente em 1955.

Estes são apenas alguns títulos de sua obra, que abrange 58 livros publicados. Embora tendo vivido tanto tempo fora do país, foi uma escritora comprometida com a causa do povo brasileiro, dos trabalhadores e da juventude. Que defendeu, até seus últimos dias, a causa do socialismo. Adotou como lema uma frase de caminhão: *O mundo é minha casa*, com o complemento de sua autoria: *Mas a minha pátria é o Brasil*. "Gostaria – escreveu certa vez – de ser tão velha como o mundo e jovem como o futuro". Era isso, talvez, especulava, que explicava sua excelente comunicação com os jovens. Com 84 anos, vítima de problemas circulatorios, Antonieta Dias de Moraes deixou de viver em São Paulo, no último dia 4 de abril.

Adeus, Pororoca



Pororoca

No dia 4 de abril faleceu, em Belém, o camarada Francisco do Amaral, mais conhecido por Pororoca. Ele sofria de insuficiência renal e já estava há algum tempo internado em Belém. As dificuldades de atendimento e

a precariedade do sistema de saúde apressaram o seu desaparecimento.

Pororoca era militante comunista desde 1982, tendo participado do Comitê Estadual do PCdoB no Pará, só se afastando por problemas de saúde. Neste período foi vereador em sua cidade, Terra Alta, onde era primeiro suplente de um parlamentar eleito pelo PCdoB. Camponês atuante, participou de todos os congressos nacionais de reorganização do movimento sindical brasileiro. Em seu sindicato, quando Terra Alta era ainda colônia da cidade de Curuçá, liderou o movimento de retomada da entidade que estava em mãos dos latifundiários da região. Este processo complexo ficou conhecido como a "Guerra do Areal", com episódios como a invasão do sindicato pelos trabalhadores e a realização da ocupação das terras do Areal, até hoje em mãos dos camponeses. Foi posteriormente, com a emancipação do município, o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Alta, antes de tornar-se vereador.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
- Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) Edição em HTML: Gabriela Mendonça.
Edição Eletrônica: Sandra Luiz Alves. Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo.
Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe
- Rua Teófilo Torres, 18 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 04318-020 - Fone: (011) 3106 0412 -
PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - E-mail: classeop@ruralsp.com.br

Alegre combatividade

MARCO ALBERTIM

A morte prematura de Solange Almeida, no último 7 de abril, no Recife, aos 51 anos de idade e 31 de militância, deixa um vácuo quase sem explicação entre os que conviviam com ela. Isto porque o traço que mais sobressaía em si era a luta pela vida. Desde o movimento estudantil, nas lutas de 1968, à clandestinidade, no início dos anos 70, já no PCdoB, seu código

de conduta exibiu, como poucos, o vinco alegre da combatividade. Assim, soube ocultar as dores suas e dos camaradas, nos anos difíceis da resistência à ditadura militar. Presa e torturada, manteve-se ativa. É impossível esquecer seu gesto, segurando com zelo um exemplar de *A Classe Operária*, clandestino e tênue no papel-vegetal, sorvendo serenamente a energia revolucionária que dali brotava: "Que jornal...!"

NACIONAL

Oposição unida reafirma luta por um novo Brasil

GUIOMAR PRATES

A praça Tiradentes e as ruas estreitas da histórica Ouro Preto (MG) foram pequenas para as cerca de 50 mil pessoas que tomaram conta da cidade no dia 21 de abril. Ali, realiza-se todos os anos a solenidade em homenagem aos inconfindentes mineiros. Personalidades são agraciadas com a medalha da Inconfidência. E o povo assiste atrás de um cordão de isolamento que protege as autoridades. Os protestos são comuns, normalmente reprimidos pela polícia.

Neste ano, tudo foi diferente. A polícia foi dispensada e a solenidade transformou-se no maior ato de protesto contra a política econômica de Fernando Henrique Cardoso já realizado no país, sem dispensar o clima de festa e reverência a Tiradentes, um dos principais heróis brasileiros. Festa com direito a pétalas de rosas jogadas de um helicóptero.

A medalha da Inconfidência foi entregue a 88 personalidades, entre elas, o governador Olívio Dutra (RS), Leonel Brizola, Lula, a vereadora do PCdoB Jô Moraes, os presidentes da CUT, Vicentinho, e da UNE, Ricardo Capelli.

Comandado pelo governador de Minas, Itamar Franco, o ato reuniu os principais líderes da oposição.

Itamar Franco fez duras críticas ao programa de privatizações do governo federal e desafiou Fernando Henrique a privatizar a Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais). "Neste momento, querem levar os nossos rios e as nossas usinas hidrelétricas. Daqui dessa praça não permitiremos. Vamos dizer aos homens do poder que aqui, em território mineiro, não tentem tirar os nossos rios e levar nossas hidrelétricas. Porque, aí sim, teremos o confronto".

No dia 20, o governo federal reteve R\$ 39 milhões que deveriam ser repassados para o governo de Minas Gerais, como vem fazendo sistematicamente desde que o governador Itamar Franco decretou a moratória. Lula, em seu discurso, observou que Fernando Henrique está provocando uma nova "derrama". Este é o termo como ficou conhecida a política colonialista de Portugal, de retirar as riquezas do país, especialmente o ouro, através de impostos.

Lula afirmou em seu discurso que todos os governos, mesmo os militares, deixaram um legado para o país. "Fernando Henrique é o único governo que vai passar para a história como responsável por um grande passivo sem ter construído nenhum



O governador de Minas, Itamar Franco, desafiou Fernando Henrique a privatizar a Cemig



Líderes da oposição homenageam Tiradentes, colocando flores em sua estátua

ativo". Segundo ele, Fernando Henrique ficará conhecido como um vendilhão da pátria, que destruiu a soberania nacional, entregou as estatais, sufocou a indústria e a agricultura. "Esta não é uma solenidade apenas contra Fernando Henrique, mas em defesa do Brasil", disse o presi-

dente de honra do PT.

O ex-governador Leonel Brizola criticou o governo e defendeu a renúncia do presidente Fernando Henrique e do vice Marco Maciel. "Seria um último ato de grandeza", afirmou. "É preciso dizer a Fernando Henrique que o seu papel esgo-

tou-se, que ele não tem condições de tirar o Brasil das dificuldades em que se encontra".

Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, diz que a submissão imposta ao país "é um escárnio ao povo trabalhador, aos sertanejos que sofrem

com a seca, aos desempregados que sofrem devido à ação sistemática do governo de acabar com os empregos. Mas o povo não vai deixar de lutar pela soberania".

Renato Rabelo, vice-presidente nacional do PCdoB classificou o governo de FHC como de traição nacional, sem paralelo na nossa história. "Este governo provoca uma crise inédita por sua dimensão e profundidade. O Brasil vive a ameaça de uma neocolonização. Perdemos a autonomia para definir nossa política econômica e financeira. O Brasil empobrece e retrocede ao início da década de 80", denunciou o dirigente comunista.

Rabelo disse que o governo federal é cada vez mais refém dos grandes magnatas financeiros e, mais uma vez, do FMI. "A sua lógica é pagar com presteza e em tempo aos investidores financeiros. Subsidiar banqueiros e, até mesmo, o capital especulativo". Em contrapartida, o máximo de austeridade, restrições e cortes para as áreas sociais. Para crianças, idosos, aposentados, deficientes, o povo pobre, o trabalhador, o desempregado, sobram as restrições e o rigor orçamentário.

"Fernando Henrique rasgou a Constituição de 88 e torna-se cada vez mais autoritário. O presidente da República perde a credibilidade e vai predominando uma situação de ingovernabilidade", avaliou o vice-presidente do PCdoB.

Segundo Renato Rabelo, é possível entrelaçar o movimento Minas Vence a Crise, com um amplo movimento nacional em defesa do Brasil, da democracia e do emprego. "A unidade do povo brasileiro antes de tudo, para salvar a nação, a brasilidade e os grandes interesses do Brasil é a chave que abre o caminho para por fim a esse governo de traição nacional, anti-democrático e anti-povo".

Projeto do governo quer proibir negociação com os Estados

O deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG) criticou o projeto de lei do governo sobre a responsabilidade fiscal dos gestores públicos. O projeto trata somente da geração de superávits fiscais e "procura materializar as formas de cumprir o acordo com o FMI". Os dirigentes dos bancos públicos (BNDES, BNB e BASA) e o presidente do Banco Central são excluídos das penalidades propostas na lei. "O presidente da República e os governadores podem ser

presos por seus atos considerados nocivos pela lei, mas o presidente do Banco Central não. Ele foi posto acima de todos", protestou.

O texto também restringe as prerrogativas do Legislativo e abre ao Executivo a possibilidade de abertura de créditos adicionais, sem autorização dos legisladores, desde que haja "interesse público". O deputado de Minas questiona: "Quem interpretará o que é esse interesse público?" Também é vedado o refinancia-

mento das dívidas dos Estados com a União: "O que se pretende fazer? Será que, para justificar sua intenção de não negociar com os governadores Itamar Franco (MG) e Olívio Dutra (RS), o presidente quer inserir na lei uma proibição ao instituto de acordo entre as partes?", pergunta Sérgio Miranda.

O parlamentar comunista ainda alertou para a transformação, pelo projeto, de todos os prefeitos e governadores em "geradores de superávit primá-

rio para cobrir um rombo criado por esse política irresponsável que levou a dívida pública a R\$ 500 bilhões em 4 anos". Miranda fez um "apelo aos deputados para que leiam esse projeto de lei, para que discutamos com profundidade esse tema". Para ele, o projeto torna os gastos financeiros os únicos "irredutíveis" na composição das despesas públicas, pois os servidores já podem ser demitidos por excesso de quadros, além de reterem os salários para pagar novamente previdência social".

NACIONAL

O retorno do entulho na reforma política

HAROLDOLIMA*

Não há dúvida que o Brasil carece de uma reforma política que livre o eleitor dos abusos do poder econômico, da mídia, da máquina estatal; que fortaleça os partidos e aumente os compromissos dos eleitos com seus eleitores; que sirva enfim ao avanço democrático do país. Entretanto, a "reforma política" exposta em Relatório do senador Sérgio Machado visa reintroduzir na legislação brasileira, de forma dissimulada, pontos básicos do "entulho autoritário" dela extirpados no fim do regime militar. Os principais são: a "cláusula de barreira de 5%", extraída da legislação alemã, o "voto distrital misto", também de origem alemã, a "proibição de coligações partidárias" e a "fidelidade partidária".

Já não se compreende como a matriz teutônica das primeiras propostas apresentadas não foi referida. Os incautos poderiam até pensar que o senador foi original em seu trabalho. Mais incompreensível ainda é a omissão que o Relatório faz de que suas quatro proposições centrais são exatamente as mesmas postas pela ditadura militar em nossa legislação, e que foram de lá varridas como "entulho autoritário".

A primeira Constituição da ditadura, a de 1967, estabelecia a cláusula de barreira de 10%, como índice mínimo de votos que um partido deveria ter para funcionar. A Constituição de 1969, outorgada pela Junta Militar, reduziu essa barreira para 5%, patamar mantido no "pacote de abril" de 1977, do general Geisel. A Emenda Constitucional número 2, de 1982, suspendeu a vigência desse dispositivo para as eleições daquele ano. E a Constituição de 1988 fulminou-o. O ministro Pimenta da Veiga, em artigo na *Folha de S. Paulo* (30/3/99), disse que a discussão das cláusulas "teve início há cerca de 15 anos", quer dizer, quando da redemocratização do Brasil. Mas não foi. A "cláusula de barreira" é filha legítima da ditadura. Há trinta e dois anos freqüente constituições e leis brasileiras. Foi suspensa uma vez e enxotada outra. Trama-se, agora, seu retorno.

O sistema distrital vigorou no Brasil 770 anos. Foi extinto pela Revolução de 30. Na sua tipologia alemã, de distrital



misto, alojou-se na Constituição de 1969, no governo do general Figueiredo, através da Emenda Constitucional número 22, de junho de 1982. A Câmara, em maio de 1985, liquidou-o.

A proibição de coligações também foi introduzida no Brasil pela ditadura passada. A Constituição de 1967 especifica oito "princípios" do funcionamento dos partidos, sendo o oitavo, a "proibição de coligações partidárias". A Constituição de 1969 repetiu esse "princípio", expurgado como "entulho" em 1988. O Relatório do senador Machado tem, neste particular, uma diferença: as coligações devem ser vedadas para as eleições proporcionais, para as majoritárias, não. Em geral, só os partidos grandes disputam cargos majoritários...

A possibilidade de obrigar todo mundo a votar de uma mesma forma, manipulando fidelidade partidária, só foi percebida pelo regime militar em 1969. Então a "fidelidade" foi posta na Constituição, lá no parágrafo único do inciso VII do artigo 152, que dizia: "perderá o mandato" quem "deixar o partido sob cuja legenda foi eleito" ou "se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária". Banida em 1988, como "entulho", o Relatório Machado propõe seu retorno à Constituição

de 1988, com as formulações: "perderá automaticamente o mandato" quem "deixar o partido sob cuja legenda foi eleito" ou "pela desobediência às decisões aprovadas em convenção". A semelhança não será mera coincidência.

A demonstração de que o núcleo da chamada "reforma política" proposta no Relatório do senador Machado é exatamente o mesmo do "entulho autoritário" oriundo da ditadura militar, não visa flagrar decalques de pensamento e forma. Visa, sim, salientar a disputa contínua, na história do Brasil, entre duas correntes do seu pensamento político, a autoritária e a democrática, que não excluem outras importantes que com elas contracenam, como a da soberania e a da subalternidade, mas cujos movimentos precisam ser observados, para se saber a que corrente filiam-se as proposições.

O voto distrital, até 1930, a substituição de todos os partidos por dois, logo após 1964, o senador bionico e todo o "entulho" do período ditatorial integram o pensamento autoritário no Brasil. O voto proporcional, a partir de 1930, a liberdade partidária e a revogação do "entulho", na Constituição de 1988, são expressões da corrente democrática entre nós.

O Relatório do senador Machado, como fica evidente, filia-se à corrente

autoritária. Pretende um choque de autoritarismo para jogar o povo de escanteio. Sua propalada "reforma política" seria uma grande contra-reforma. O de que precisamos é de uma reforma democrática. Um choque de democracia para trazer mais o povo para o centro dos acontecimentos

* Deputado federal (PCdoB/BA)

Reforma partidária é antidemocrática

A Comissão Política do PCdoB reuniu-se dia 19 de abril para analisar o quadro político atual e tomar providências em relação às reformas políticas do governo FHC. Engavetadas ao final da legislatura passada, o pacote de reformas voltou à baila no Senado, agora sob a forma de 3 projetos de lei: a primeira trata da fidelidade partidária (prioritária para a estratégia do governo); a segunda antecipa a vigência da cláusula de barreira de 5% e a terceira liquida com as coligações proporcionais. A votação desses projetos de lei exige apenas maioria simples. O PSDB resolveu eleger como prioridade a reforma política, e agora luta para contracenar com a CPI do Judiciário e a CPI do Sistema Financeiro no Senado, além da comissão da reforma do Judiciário, na Câmara. O conteúdo dessa contra-reforma é restritivo e antidemocrático. As restrições democráticas são necessárias para a aplicação do projeto neo-liberal no Brasil e no mundo, como atestam as experiências do Chile, México e Itália. Um conjunto de iniciativas deverão ser tomadas para debater e informar os mais amplos setores sobre os verdadeiros objetivos da reforma política do governo. Inscrevem-se dentro destas metas o debate que está sendo promovido em Fortaleza, Ceará, sobre a reforma, o seminário que deverá ocorrer no Rio de Janeiro e a iniciativa de instalar uma comissão na Câmara para tratar da democratização do sistema partidário e eleitoral. Outras iniciativas estão em andamento, como a reunião entre as bancadas de oposição para traçar táticas comuns.

O grito das montanhas

JÓMORAES*

Em recente entrevista a uma rádio mineira - a Itatiaia, o presidente Fernando Henrique, talvez influenciado por mais uma viagem à Europa, demonstrou providencial desconhecimento de Minas, ao ironizar as manifestações programadas para o dia 21 de abril, em Ouro Preto. Falava ele que bastava o governo do Estado arranjar uns ônibus, as prefeituras ajudariam, chamar a UNE e o PCdoB e estava pronta a gritaria.

Ao escutar algo dessa dimensão, de um professor-sociólogo, a sociedade deve ficar tentando compreender as voltas que dá o pensamento de alguém, detentor de privilegiados neurônios, como é o presidente da República, para se expor a semelhante vexame histórico.

Talvez ele nem tenha percebido que, ao tentar agredir, ele confirma algo que é da essência da Minas: a gritaria ("Gritar", senhor presidente, segundo Aurélio, é falar em voz alta, protestar. Não é algo de que se deva ter vergonha).

Talvez ele, tão distante que está da nossa nacionalidade, e tão perto que se

encontra de centros financeiros internacionais, nem se lembre do famoso "Grito" da Independência. Com certeza, ele esqueceu da Guerra dos Emboabas, de 1709, quando os comerciantes mineiros enfrentaram a tentativa do controle da corte; esqueceu que Felipe dos Santos e Pascoal da Silva Guimarães, em 1720, enfrentaram a cobrança da 5ª sobre o ouro, que levou o primeiro à morte por esquarteramento; esqueceu dos conjurados contra a derrama que levou à Inconfidência Mineira, recentemente enriquecida com a descoberta de mais um inconfidente, Hipólita Jacinta, invisível na história, embora militante ativa.

É preciso fazer justiça. O presidente tem razão numa coisa: falar em Inconfidência Mineira, quando é Armínio Fraga, amigo fiel do mega especulador Soros, que dirige e domina os destinos da nossa moeda é criar um certo constrangimento. Armínio Fraga é o homem da derrama presente, Fernando Henrique seu avalista. Como homenagear os que resistiram à derrama passada sem dizer que essa resistência, mais do nunca, se faz necessária? Não é a 5ª sobre o ouro que está sen-

do cobrada hoje. É a 5ª sobre a vida, sobre as políticas sociais, sobre os aposentados, sobre os salários dos servidores que está sendo levada. Desta vez, não para reconstruir Lisboa, assolada pelo terremoto de 1755, ou para ajudar a Inglaterra no seu esforço de industrialização. A 5ª presente vai para essa etérea e intocável entidade chamada sistema financeiro internacional que não tem pátria, não se submete a leis e que impunemente usurpa a riqueza do mundo, sob a hegemonia norte-americana.

Sem dúvida, esse reencontro de Minas com sua histórica tradição de rebeldia incomoda o presidente. Talvez, por acaso, tenha caído na mesa do poder a famosa frase do Conde de Assumar, governador da Capitania no começo do século XVIII, sobre Minas: "a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades e ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é turbado da paz e berço da rebelião".

Por que o presidente tem tanto receio do que ocorre em Minas, hoje?

Por que temer a moratória mineira

quando ela tem como objetivo apenas manter o mínimo de estabilidade da máquina pública com os seus serviços essenciais da saúde e segurança funcionando? Por que temer que, dia 21 de abril, Minas "grite" que seu povo quer soberania, quer emprego, quer reforma agrária, quer paz? Minas quer isso não apenas para si, mas para todos os brasileiros.

O PCdoB, senhor presidente, sente-se honrado em ser identificado com a "gritaria" do dia 21 de abril. Qual o brasileiro não gostaria da condecoração de um inconfidente porque não se curva ante o poder?

Seria bom que o presidente compreendesse o imenso fosso que o separa da nação, pedisse licença e fosse se dedicar à sua formação acadêmica, elaborando alguma tese, em qualquer parte do mundo, em torno daquilo que é a verdadeira essência da sua opção hoje: como melhor assegurar os interesses do grande capital financeiro, internacional, sem pátria e sem lei.

Coordenador do Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois, Vereador em Belo Horizonte e membro do Comitê Central do PCdoB

NACIONAL

A hora e a vez do cassino Brasil

LUIZ CARLOS ANTERO

A prisão do ex-presidente do Banco do Brasil, Chico Lopes, no dia 26 de abril, ao se negar a prestar juramento e a assinar seu depoimento na CPI dos Bancos revela, mais do que a podridão do sistema financeiro, a degeneração da República sob Fernando Henrique.

Depois de enfrentar notórias situações envolvendo íntimos personagens de sua equipe, Fernando Henrique enfrenta agora o que pode se tornar o seu mais rumoroso escândalo de corrupção explícita. Com pelo menos dois agravantes: (1) o de revelar claramente a natureza e a face moral do projeto que escolheu para o Brasil e (2) o de ocorrer diante de um governo já desgastado junto à sociedade e envelhecido nos primeiros meses de mandato.

Guerra sucessória

A instalação da CPI dos bancos no Senado Federal foi o principal lance na precipitada guerra sucessória de um presidente desmoralizado e restrito à sua função de camelo que sai por aí vendendo o patrimônio do país para atrair agiotas dos quatro cantos do planeta.

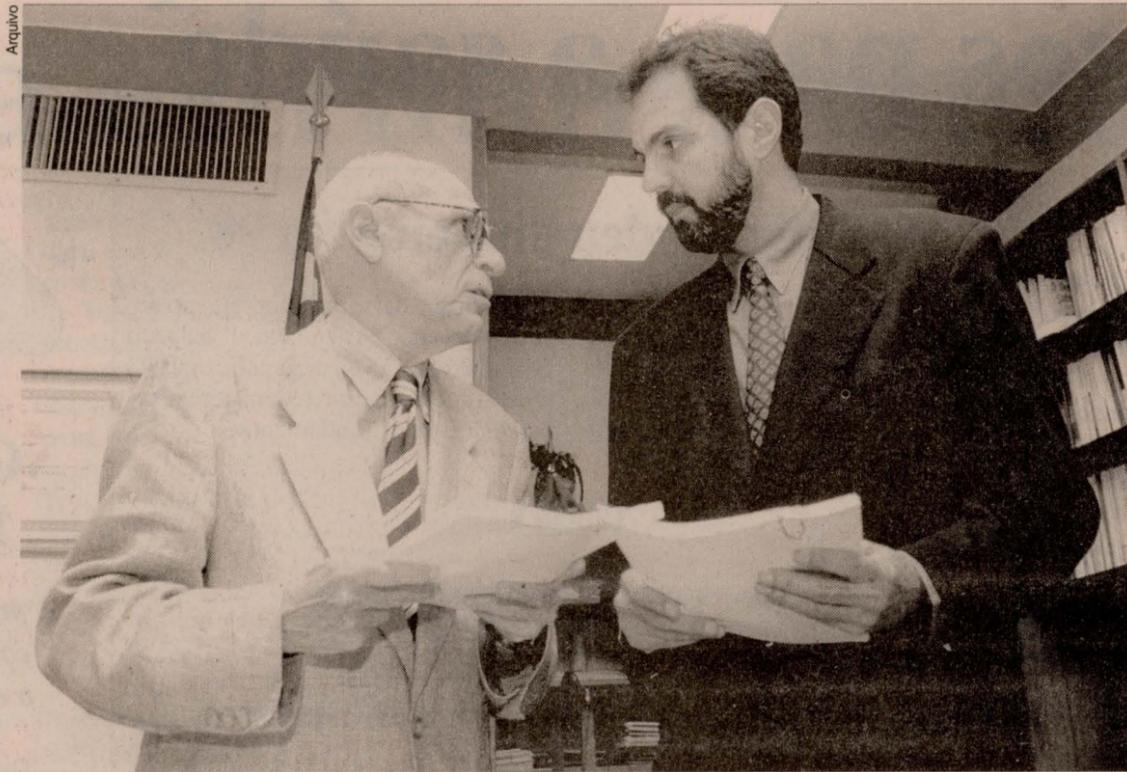
Consciente de que, no Brasil de hoje, manda Antônio Carlos Magalhães, o PMDB de Jader Barbalho contrapôs à CPI do Judiciário, agitada por ele, a investigação do sistema financeiro e do vazamento de informações no episódio da mudança cambial ocorrida em janeiro.

Com as CPIs, os gerentes dos partidos da base governista acreditam que ganham maior visibilidade e partem na dianteira, passando pelas eleições municipais rumo às eleições de 2002.

Ao passo que a CPI do Judiciário investiga a Justiça do Trabalho, com ênfase nos juízes corruptos e sentenças milionárias, a CPI dos bancos parece percorrer caminhos que incomodam muito mais as elites financeiras e autoridades, molestando a intimidade entre banqueiros e Banco Central.

Ligações perigosas

E o que poderia ser apenas mais um festival pirotécnico destinado a enganar a opinião pública, ganhou substância a partir de ações ousadas dos procuradores do Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Numa seqüência espetacular de buscas e apreensões de documentos, fizeram revelações de arrear os altos escalões do Executivo e também do Poder Judiciário. FH, que chegara à Europa tecendo generosos elogios ao ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, condenou como abusiva a postura dos procuradores. O ministro Carlos Velloso, do STF, chegou a considerar ilegais as atividades do MP.



Parga, da CPI dos bancos, recebe documento de Agnelo Queiroz (PCdoB-DF)

Agnelo denuncia bancos inadimplentes

O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) entregou ao presidente da CPI dos Bancos, senador Bello Parga, uma relação de 56 bancos inadimplentes junto ao CADIN, o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. Ele realizou a pesquisa no Sistema Integrado de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI) e manifestou ao senador Parga seu espanto

com a impunidade dos banqueiros, que continuam contando com os favores governamentais. Entre os bancos inadimplentes está o Marka, que não poderia ter recebido mais favores do BC. A relação inclui também os que contribuíram com a campanha presidencial de Fernando Henrique em 1998, entre os quais estão o Performance, o Pontual, o Real e o Rural. "É preciso punir esses estelionatários,

pois o cidadão brasileiro comum sofre todas as consequências de um cheque descoberto e pode até ser preso. Não vamos construir um país justo se a impunidade prossegue como direito para alguns", afirmou Agnelo ao senador. O deputado do PCdoB distribuiu o documento à imprensa, emissoras de rádio e redes de televisão. Bello Parga se comprometeu a encaminhar o documento à Comissão.

Este episódio ficaria restrito inicialmente a apenas dois "pequenos" bancos (Marka e Fonte-Cindam) que, na virada do câmbio, compraram dólar mais barato (US\$ 1,2750 contra o preço que disparava). Depois, depoimentos e cartas mostraram o envolvimento de Francisco Lopes com o dono do Marka, um banqueiro de inspiração mafiosa, Salvatore Cacciola, que carregou nas tintas em seus comentários sobre o "esquema" de favorecimento.

Após a apreensão de provas materiais nas sedes bancárias e residências desses personagens, as coisas se complicaram. Os senadores Saturnino Braga (PDT-RJ) e João Alberto (PMDB-MA), o relator da CPI, passaram o feriado de Tiradentes, 21 de abril, vasculhando os documentos que os procuradores do MP entregaram à Justiça do Rio de Janeiro. Descobriram, entre outras pérolas, a persistência das ligações de Lopes com a empresa de consultoria Macrométrica - da qual era oficialmente sócio antes de assumir cargos no BC - e que ele tem muito mais dinheiro no exterior do que declarou em seu Imposto de Renda. Mais ainda: foi averiguada a necessidade de estender a investigação a mais oito bancos e 1.300 pessoas físicas e jurídicas que obtiveram

lucros fantásticos no momento crítico da desvalorização do real. Está mais do que comprovado que alguns ganham com o vazamento e contra a sociedade.

Corrupção é parte da rotina

Acima de um "esquema" que reafirma o apodrecido padrão moral das classes dominantes, os fatos revelam o sentido pernicioso da trama globalizada da agiotagem internacional, que enxuga das economias dependentes os recursos indispensáveis ao desenvolvimento, gerando recessão e desemprego, atribuindo ao dinheiro o destino dos ganhos fáceis na ciranda financeira.

A corrupção faz parte da rotina das transações, indicando que há muito a ser revelado.

Os primeiros sinais da degeneração sob o governo de Fernando Henrique vieram logo no início de seu primeiro governo, com a instituição do Programa de Apoio à Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer), fundamental para a instalação de um teatro de operações especulativo no Brasil, destinado ao aporte dos investidores (leia-se agiotas) internacionais.

Em sua primeira fase, o Proer entregou graciosamente, praticamente a fundo perdido, mais de 20 bilhões de dólares aos

banqueiros, premiando por seus cheques sem fundo os proprietários dos bancos Econômico e Nacional, entre outros, familiares a FH e ACM.

Foi neste sistema financeiro que a confraria dos entreguistas decidiu enterrar os recursos essenciais ao desenvolvimento. Existem ainda hoje 34 bancos no Brasil em liquidação simultânea desde 1983. É negócio vantajoso fora do alcance do povo trabalhador, em especial de quase 70% dos brasileiros, que não possuem conta bancária.

Evasão de divisas

O Senado tem muito a investigar. Para que se tenha idéia, um fato mínimo é o envio pelo sr. Salvatore de 20 milhões de dólares para o exterior, depois de ter participado de um golpe de US\$ 1,5 bilhão (total do prejuízo com o Marka e Fonte Cindam), num episódio que resultou em balanço negativo da ordem de mais US\$ 6,5 bilhões para o BC no primeiro bimestre deste ano, e em perdas totais de US\$ 102 bilhões para o País.

É a conta da farra que chegaria mais cedo ou mais tarde, desde que o governo Fernando Henrique afundou a economia brasileira sob as ordens do FMI e Banco Mundial, no processo de instabilidade generalizada

que gera crises na Ásia, Rússia, América Latina, destruindo a produção e abrindo espaços para o capital especulativo.

Dívida é quase igual ao PIB

A dívida (externa, de aproximadamente US\$ 250 bilhões, e interna, girando em torno de R\$ 350 bilhões) hoje se aproxima do total do produto interno bruto (PIB), que é de aproximados US\$ 800 bilhões, conduzindo à falência, com as taxas de juro mais elevadas do mundo, a economia nacional.

Nada disso beneficiou a população, que hoje se aproxima dos 170 milhões vivendo em dificuldades crescentes, mas alegrou muito os capitalistas que controlam os oligopólios, especialmente os internacionais, que fazem sua (deles) festa em nossa economia.

Dívida tão gigantesca não poderia ser quitada mesmo que o País hibernasse suas necessidades e apenas produzisse para pagá-la.

O jornalista Aloysio Biondi informou que as amortizações da dívida externa neste ano serão de US\$ 35 bilhões, e não de US\$ 25 bilhões, como afirmava o governo desde o acordo com o FMI. Em entrevista à *Gazeta Mercantil* (02-04-99), ressalta informação de um diretor do Banco Central: o "rombo" é superior em US\$ 10 bilhões e a parcela de US\$ 9 bilhões do FMI já sumiu no ralo das amortizações. Outros cálculos, totalizando as dívidas da União, estados e municípios, dobram para US\$ 70 bilhões os juros a pagar - que, em parte, serão incorporados ao principal da dívida.

Para o povo, outra moeda: o governo deverá anunciar um tarifaço envolvendo telefone, pedágio, passagem aérea, correio, energia elétrica e combustíveis. Para os salários, nenhuma reposição, sob a alegação que geram inflação.

É preciso punir

Neste momento, a sociedade, mediante todas as suas organizações, sindicatos, conselhos, associações, assembleias estaduais, câmaras municipais e fóruns diversos, precisa se manifestar para dar sustentação às investigações que o Ministério Público e parlamentares sinceros insistem em realizar para dar substância e consequência à CPI. Estes enfrentam os senadores que agem como caudatários dos banqueiros, porque foram beneficiados em suas campanhas eleitorais.

As conclusões da CPI, ainda que limitadas, vão oferecer mais fôlego à disposição de mudar o atual quadro desfavorável ao povo brasileiro. Vão permitir maior desenvoltura à palavra de ordem que oferece o nome político atual: "Basta de FHC".

NACIONAL

Governo retém e reduz recursos para a saúde

APOLINÁRIO REBELO
E VIVIANE VERRAN

Passados os 3 primeiros meses do ano já é possível fazer uma avaliação da política de saúde do governo federal executada neste segundo mandato. O orçamento da União designou R\$ 15 bilhões para custeio e investimento da saúde em 1999. No primeiro trimestre deveriam ser disponibilizados R\$ 3,75 bilhões, o que corresponde a 25% do recurso anual.

A limitação de despesas do governo federal exigida pelo FMI retirou do Ministério da Saúde R\$ 600 milhões, reduzindo a dotação inicial a R\$ 3,177 bilhões. Inclui-se ainda R\$ 440 mil de restos a pagar de contratos de 1998. Portanto, o dinheiro disponível para esse trimestre não passa de R\$ 2,737 bilhões. Houve corte financeiro superior a R\$ 1 bilhão.

Não existe uma relação direta entre o que está orçado e o que é efetivamente pago. Grande parte das ações de saúde só são efetivadas com o pagamento. O empenho pode ser cancelado no decorrer do ano. Não adianta assinar convênios e empenhar recursos para a Campanha de Prevenção e Controle da Dengue se não ocorrer a liberação, ou seja, entrada efetiva dos recursos.

Em 1998, não foi muito diferente. O aparente aumento dos recursos federais no setor não significou mais dinheiro para as ações de saúde. O aumento nominal de recursos não foi destinado diretamente à área. Dos R\$ 19,3 bi que o Ministério da Saúde liberou em 1998, R\$ 1,9 bi foram para pagamento da dívida e R\$ 1,7 bi para pagamento de inativos. Com isso, sobraram R\$ 15,7 bi para gasto direto em saúde. Com a inflação setorial de 109%, os recursos a serem aplicados entre 1995 e 1998 na saúde foram decrescentes.

No Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, ocorreram manifestações em vários Estados. O PCdoB participou dos eventos exigindo mais recursos, condenando os cortes, denunciando os desvios de dinheiro através da CPMF, defendendo o acesso aos serviços para a população, o aumento do poder dos conselhos municipais e estaduais de Saúde, e o Sistema Único de Saúde (SUS).

A saúde perdeu dinheiro em 98

O ministro José Serra disse à Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados, no dia 14 de abril de 1999, que o fato de não ter empenhado nenhum recurso dos itens da Tabela 1 não

significa que deixará de ser feito no decorrer do ano. No entanto, o balanço final da execução orçamentária de 1998 mostra que o governo federal reteve recursos de áreas fundamentais.

Tabela 1

Recursos do Ministério da Saúde –
Orçamento da União 1999 – Até 26/3/99

Título do Projeto Atividade	Dotação Inicial	Empenhado	Liquidado	%
Controle da Qualidade da Água	641.030,00	0	0	0
Drenagem Áreas Endêmicas de Malária	8.691.214,00	0	0	0
Apoio à Produção de Insumos Medicamentos Imunobiológicos, Soros e Reagentes	7.409.557,00	0	0	0
Implantação do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados do SUS	20.191.062,00	0	0	0
Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer Cérvico-Uterino	46.560.108,00	0	0	0
Estruturação do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde-Vigisus	24.000.000,00	0	0	0
Controle de Doenças de Chagas	39.193.086,00	0	0	0
Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem	20.000.000,00	0	0	0
Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Recursos Humanos	17.818.623,00	0	0	0

Tabela 2

Despesas do Orçamento Geral da
União Executadas em 1998

Área	Dotação em R\$	Execução em R\$	Diferença (-) em R\$	% (-) Deixou de executar
Ministério da Saúde	19,7 bilhões	17,7 bilhões	2 bilhões	10,5
Fundo Nacional de Assistência Social	1,7 bilhões	1,6 bilhões	100 milhões	5,8
Fundação Oswaldo Cruz	253 milhões	244 milhões	9 milhões	3,5
Saneamento	1 bilhão	552 milhões	448 milhões	44,8
Segurança/Higiene e Medicina do Trabalho	43 milhões	29 milhões	14 milhões	32,6
Vigilância Sanitária	75 milhões	51 milhões	24 milhões	32,0
Sistema de Esgoto	129 milhões	62 milhões	67 milhões	51,9
Assistência à Velhice	29 milhões	26 milhões	3 milhões	10,3



Rádio Comunitária Mandacaru

A propaganda e a luta diária: conformar-se ou preparar a disputa pela hegemonia.

Diariamente os comunistas e todas as organizações de esquerda se defrontam com o dilema: como levar nossas propostas ao povo. Não podemos esperar a revolução para que os meios de comunicação passem a servir o povo. Então, temos que ter ousadia para avançar para além da nossa imprescindível imprensa escrita e disputar o espaço das rádios e TVs, alternativas ou não, que estão aí.

É o que está havendo em todo o Brasil, e no Ceará, especificamente. Na década de 90, dezenas de rádios FM foram montadas em todo o Estado, parte do fenômeno nacional que motivou a aprovação da Lei das Rádios Comunitárias em 1998.

Em Fortaleza, a Associação Comunitária do Bairro Ellery iniciou em 1991 um sistema de rádio através de irradiadoras. Esta iniciativa fomentou o trabalho comunitário, facilitando a divulgação das atividades da Associação e reforçando a ligação com a comunidade.

A partir de agosto 1998, foi implantado o sistema de transmissão FM da Rádio Mandacaru. Os recursos para a implantação da rádio (R\$ 6.000,00) foram levantados através da união de entidades populares, comerciantes da região e eventos realizados com a participação da comunidade. O maior desafio, ao contrário das expectativas, não foi a montagem da estrutura: listados os equipamentos e os custos, com planejamento e a devida mobilização, em menos de um ano antena e estúdio estavam prontos.

A programação pode ser ouvida num raio de 8 km. O aumento do público possível de ser atingido, a qualidade na transmissão e as possibilidades de realização de programas temáticos, musicais, parecidos com a comunidade, abriram perspectivas inimagináveis para a comunicação na Associação.

As maiores dificuldades enfrentadas se situam no campo da auto-sustentação e da legislação restritiva. Para driblar as dificuldades financeiras o caminho está sendo a amplitude, o envolvimento de um amplo espectro de amigos e moradores, muitos dos quais sem qualquer participação política anterior. O clima de pluralidade dá o tom da rádio e permite a superação das divergências, além de facilitar o envolvimento. A rádio tem uma programação, edição digital, um bom funcionamento, inúmeras atividades que desaconselham, para a sua execução, qualquer exagero centralista.

A Classe Operária

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS

15 edições = R\$ 15,00

Rua Adoniram Barbosa, 53
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3104-4140
e-mail: classeop@ruralsp.com.br

Pagamento:

cheque nominal
 dinheiro
 Cartão nº Validade

Vale postal nº
 Depósito na conta Ag.0251 - C/C 48676-7 Banco Itaú

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Profissão: _____

MOVIMENTO

As propostas de mudanças na estrutura sindical

ANTONIO BALBINO*

O movimento sindical brasileiro passa por um momento que exige muita reflexão e coragem. Diante das inovações organizacionais nos locais de trabalho, os trabalhadores e suas representações sindicais têm a responsabilidade de adequar seus métodos na forma de tratar as questões relativas às relações do trabalho.

É consenso entre todas as correntes que atuam na CUT que este modelo de organização sindical já não mais atende as nossas necessidades. É preciso inovar.

Entretanto, é necessário ter claro para onde deve nos levar estas mudanças e quais objetivos pretendemos alcançar.

Os metalúrgicos da CUT, em seu V Congresso, em setembro de 98, tomaram a decisão de colocar como meta principal da entidade a implementação do chamado sindicato nacional dos metalúrgicos. Convocou-se um congresso para julho deste ano com este objetivo.

Em todos os Estados onde a categoria está organizada já ocorre este debate.

Quais são os problemas do

atual modelo de organização sindical e onde ele impede o avanço da luta dos trabalhadores?

Para algumas correntes, o problema básico é que o atual modelo é fruto de um projeto de outorga da era getulista, não mais condizente com a atual realidade, de inovação tecnológica e da Terceira Revolução Industrial. Mas este argumento não pode ser decisivo. Se esta lógica fosse verossímil também seria válida para o Código Civil Brasileiro, que remonta a 1916, ou para o Código Penal, de 1943 e que tem sido, como no Comercial, sistematicamente adequado à realidade contemporânea, por força de construções contratuais bilaterais.

Outro pecado é considerar o conteúdo da Consolidação das Leis do Trabalho como também outorgado pelo Estado getulista. Esse discurso é exatamente o mesmo do Estado Novo, de que de nada adiantaria a luta dos trabalhadores, pois o Estado, diante de sua responsabilidade, concederia ao trabalhador aquilo que a ele fosse necessário, por sua própria vontade. Isto é negar a história de luta do povo e dos trabalhadores brasileiros. Quem olhar com mais atenção vai perceber,



como o próprio nome já diz, que Consolidação é a junção, em um mesmo bloco, de leis esparsas já existentes que versam sobre um mesmo assunto. Foi isto que aconteceu com a CLT, que conglomerou leis trabalhistas conquistadas a duras penas pelos trabalhadores desde 1891: a lei do trabalho do menor, da mulher e dos trabalhos insalubres e penosos, antes mesmo do processo de industrialização.

Algumas correntes afirmam que o modelo atual propicia o "sindicalismo de porta de fábrica" em detrimento do sindicato "construído por dentro da fábrica".

Seria razoável a ponderação se fosse considerado o nível de democracia existente nas relações de trabalho. Para se ter idéia, o Brasil é o único lugar do mundo em que os sindicatos utilizam carros de som e trios elétricos. Quem já teve alguma vivência de fábrica sabe que, no

Brasil, jamais houve tolerância com o dirigente sindical dentro da fábrica. Sendo combativo, ele logo é demitido, cooptado ou, em última instância, vigiado como um delinqüente em sua estada dentro da fábrica.

Com raras exceções, as empresas brasileiras preferem até pagar o salário dos dirigentes sindicais fora da fábrica do que permitir sua estada junto aos trabalhadores.

Essas mesmas forças defendem a desregulamentação das leis do trabalho e fim do poder normativo da Justiça do Trabalho.

O que está imbuído nessa premissa é a proposta de privatização do arbítrio nos conflitos das relações do trabalho. Temos discordâncias com os procedimentos dos Tribunais do Trabalho, mas retirar o arbítrio do Estado para delegá-lo à iniciativa privada é, no mínimo, temeroso. Não podemos considerar a força de trabalho uma mercadoria como qualquer outra, pois nela estão embutidos fatores determinantes para a vida como a subsistência e a própria reprodução. Como tratar em pé de igualdade quem tem poder e quem dele está completamente desprovido? Entendemos, portanto, como precipitada

este proposta. Em países tidos como referências para a organização sindical, como a Alemanha, existem leis e normas trabalhistas que regulam as relações de trabalho. Na Itália, existe o Estatuto do Trabalho, implementado na década de 70 e que foi alicerce para a construção das relações de trabalho naquele país. Na Espanha, além de seu estatuto, há a preservação legal na própria Constituição. Então, porque a proposta de fim do poder normativo?

Precisamos modernizar a organização sindical no Brasil mas, em hipótese alguma, podemos imputar à atual estrutura as mazelas e dificuldades pelas quais passam o movimento sindical. Nem tampouco creditar a ela a situação de desemprego, como alguns se arvoram a insinuar.

É preciso ter consciência de que a correlação de forças hoje é desfavorável aos trabalhadores e que, por certo, não teremos força suficiente para implementar o modelo que almejamos.

Somos contra a pluralidade por local de trabalho, mesmo que essa pluralidade possa acontecer em outras instâncias horizontais.

*Vice presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

Oposição concorre ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano

Nos dias 18 a 20 de maio acontecem as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul (SP). A chapa única da CUT é encabeçada por Marcelo Toledo, da Comissão de Fábrica da GM e da Corrente Sindical Classista. Atualmente, o sindicato é dirigido pela Força Sindical.

A oposição precisou de uma liminar da Justiça para garantir a sua participação no pleito. O candidato a presidente do sindicato, Marcelo Toledo, diz que são boas as chances de ganhar a eleição, pois "existe uma grande insatisfação com a diretoria do sindicato, entre os trabalhadores". Por outro lado, este é o tipo de eleição em que não contam apenas os votos. Os integrantes da Força Sindical já declararam que, mesmo que a oposição ganhe, não vai levar. "Precisamos do apoio dos demais sindicatos da CUT, porque será uma eleição difícil", afirma Marcelo.

A Corrente Sindical Classista, em recente reunião nacional, decidiu que esta eleição é prioritária e que, portanto, é imprescindível o apoio material e humano à chapa da CUT. O programa da chapa 2 é



Marcelo, da chapa 2

de oposição a Fernando Henrique e sua política, que tem causado desemprego em massa, arrocho dos salários e abolição de direitos sociais.

Entre os compromissos da chapa estão a defesa de um sindicato forte e democrático, que garanta ampla participação da categoria nas decisões da entidade; eleição de comissões de fábrica em todas as empresas; a defesa dos salários e do emprego; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; fiscalização e exigência do cumprimento dos direitos trabalhistas; criação do Departamento da Mulher Metalúrgica.

UNE faz congresso em clima de *chega de FHC*

O 46º Congresso da UNE se realiza de 30 de junho a 4 de julho em Belo Horizonte, precedido de mobilizações que demonstram a revolta dos estudantes com o governo. Problemas com altos índices de inadimplência, corte de bolsas, renovação de matrículas e aumentos de mensalidades no ensino particular; ataques à autonomia reivindicada pela comunidade acadêmica, redução de verbas e indução à cobrança de mensalidades nas universidades públicas; corte de bolsas de pós-graduação; jovens que se formam e não encontram emprego; violência explodindo nas grandes e médias cidades. Este o cenário em que vivem os estudantes brasileiros.

Neste ano houve inúmeras manifestações de estudantes em vários Estados para exigir mudanças não só na política educacional do país, mas também na política econômico-social e o fim dos acordos do governo com o FMI, que beneficiam apenas banqueiros e agiotas de todo tipo.

"Dotados de *feeling* histórico, os estudantes pensam em causas, e não em coisas", escreveu recentemente o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony na *Folha de S. Paulo*, comentando as manifestações estudantis contra o governo em Belo



Horizonte, no final de fevereiro, e lembrando que os jovens foram para as ruas "não a favor de Itamar, mas contra FHC". E disse mais: "No resto do país, não se levantou um único estudante para defender o governo". De fato, em março houve passeatas em Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo e outras cidades. Todas contra o governo.

É nesse clima que se realiza o 46º Congresso da UNE. O presidente da entidade, Ricardo Cappelli, lembra que os debates do congresso levam em conta o anseio estudantil de mudar o Brasil e ter um governo que privilegie o desenvolvimento industrial, social, educacional e econômico do país, com a total inversão da política atual. No fim de fevereiro a diretoria divulgou uma carta expli-

cando a não-realização das etapas estaduais que iriam eleger delegados para o congresso da UNE, uma decisão que havia sido tomada no congresso anterior. As etapas estaduais deveriam ter sido regulamentadas no Conselho Nacional de Entidades de Base, realizado em Viçosa no mês de novembro de 1998, que, no entanto, decidiu não fazer a regulamentação e remeteu o assunto para este próximo congresso. Portanto, os delegados para o 46º Congresso serão eleitos diretamente nas faculdades, com os mesmos critérios adotados desde 1986. A novidade é que neste ano não há mais delegados natos dos CAs, DAs e DCEs, outra decisão do último congresso.

Informações sobre o congresso pelos telefones (011) 5084.6726 e 5084.6008, na sede da UNE, em São Paulo.

MOVIMENTO

Encontro classista do Mercosul

UMBERTO MARTINS

Foi realizado nos dias 16 e 17 de abril, na Federação do Judiciário Argentino, em Buenos Aires, o Encontro de Dirigentes Sindicais Classistas do Cone Sul. Com representantes da Argentina, Brasil (1), Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, além de Cuba, a reunião organizada pelo Movimento Político Sindical Libertação (corrente liderada pelo Partido Comunista Argentino, que atua com uma concepção classista na Central dos Trabalhadores Argentinos - CTA) propiciou um rico intercâmbio de informações e opiniões sobre a luta contra o neoliberalismo e refletiu a necessidade de maior solidariedade e "globalização" das lutas dos trabalhadores da região.

Em que pesem as diferenças econômicas e as particularidades nacionais, os relatos das delegações revelaram que

todos os países do Cone Sul padecem os efeitos da crise mundial do capitalismo. As políticas econômicas impostas pelos governos da região têm ingredientes por todos conhecidos, como as privatizações, desnacionalização crescente, cortes de investimentos e serviços públicos.

"Desemprego em massa, redução e abolição de direitos sociais, precarização dos contratos, crescimento do trabalho informal e da violência nos centros urbanos são fenômenos comuns, sofridos, em maior ou menor grau, por trabalhadores brasileiros, argentinos, chilenos, uruguaios ou paraguaios", destacou João Batista Lemos, secretário sindical do Comitê Central do PCdoB.

"São muitos os problemas comuns, como o dos operários da Fiat em Córdoba, na Argentina, e Betim, em Minas Gerais. A exigência de um maior intercâmbio e ações unificadas não é artificial."

Em nota aprovada no encontro, os dirigentes sindicais classistas repudiaram a agressão imperialista contra a Iugoslávia, liderada pelos EUA. Ao mesmo tempo, o documento propõe uma coordenação de esforços para fortalecer o movimento sindical classista na região e garantir o êxito do 2º Encontro Internacional dos Trabalhadores frente à Globalização e ao Neoliberalismo.

Foi eleita uma comissão para organizar um segundo encontro classista do Cone Sul, que deve ocorrer no Brasil durante o 4º Congresso da Corrente Sindical Classista, provavelmente no final do ano. A comissão é composta por João Batista Lemos, Mario Alderete, secretário sindical do Partido Comunista Argentino, José Ortiz Arco, vice-presidente da CUT chilena, e Juan Castillo, secretário geral do Sindicato dos Portuários do Uruguai.

CSC: 10 anos de impulso revolucionário

SÉRGIO BARROSO

Em fevereiro último, completaram-se 10 anos do Congresso de fundação da Corrente Sindical Classista, realizado então no Rio de Janeiro. Sem dúvida, uma atitude arrojada.

Episódio já descrito em inúmeros estudos especializados no Brasil – e diversamente focado –, o surgimento da CSC corresponde a um novo período de intervenção dos comunistas nas grandes batalhas do movimento operário e sindical no Brasil; a uma fase de definição dos campos de luta pela unidade e elevação da consciência política dos trabalhadores. Desenvolve, renovando, uma tradição do marxismo revolucionário.

Havia, de um lado, a urgência de uma maior participação sindical na conjuntura do país, sacudido pela crise econômica do final dos anos 80, a escalada inflacionária, os sucessivos planos de "estabilização" e um ambiente político pós-Constituição com a primeira eleição presidencial marcada depois de 30 anos. Por outro lado, esgotara-se a opção mais unitária anterior (CGT – 1986), que marchara à direita. Problemas que reclamavam um novo passo.

Assim, representativo e de massas, o I Congresso deliberou, entre suas principais resoluções:

- Construir-se uma corrente sindical unitária e independente, ativa participante nas lutas trabalhistas, democráticas e nacionais, mantendo destacada a perspectiva de luta pelo socialismo;

- Apoiar a Frente Brasil Popular (PT/PCdoB/PSB), em defesa da candidatura Lula;

- Realizar trabalho sindical em frente única com a CUT, que alcançaria inserção distinta a de sua formação (1983) e sinalizava outra convivência com sindicalistas vinculados a política do PCdoB.

Enfrentando a ofensiva do capital

A atuação que se seguiu no interior da CUT (1990-91) não descaracterizou os fundamentos da ação da *Corrente*. Ao contrário, suas concepções originárias vêm enfrentando com vigor a complexa dinâmica atual da relação sindicato e política. Tampouco impediu importantes conquistas e ampliação de sua influência no trabalho sindical – ainda irregular no país (conforme tem sido registrado pela *Classe*). E vem batendo-se para somar forças a sindicalistas democráticos, desvinculados ou não das centrais sindicais.

Pode-se afirmar, por isso mesmo, que na transição às políticas neoliberais dos anos 90, a orientação da CSC foi tornando-se indispensável ao firme enfrentamento com a ofensiva do capital em variados terrenos. Conduz-se também em oposição à vacilação e ao ultraesquerdismo.

Sua tática básica é a da resistência ativa: contra a avalanche destrutiva das conquistas do trabalho, das estruturas da Nação e da organização sindical; a CSC combate pela ruptura com o neoliberalismo. Sempre levando em conta o quadro de forças.

A "globalização" neoliberal, com desemprego em massa, precarização do trabalho e destruição da soberania nacional, exige um novo patamar do sindicalismo classista que necessita combinar uma fase de consolidação a maior crescimento de suas fileiras.

Argentinos consideram a reunião positiva

O secretário de Política Sindical do Partido Comunista Argentino e coordenador do Movimento Político Sindical Libertação (MPSL), Mario Alderete, fez uma avaliação positiva do encontro.

"Julgamos altamente positivo o resultado do encontro. Muito nos ajuda, a nós argentinos, que aprendemos com a experiência de outros companheiros, fortalece ideologicamente nosso movimento e também contribui para o fortalecimento da Central dos Trabalhadores Argentinos."

Na Central dos Trabalhadores Argentinos uma federação que representa os trabalhadores desempregados, sem-teto e sem-terra, do qual participam tanto quem está no mercado formal de trabalho quanto no informal, junto com suas famílias. Todos estão organizados sob a direção da CTA e vêm realizando grandes manifestações públicas.

Hoje, há na Argentina uma população economicamente ativa com cerca de 14 milhões de pessoas, sendo 10 milhões



Mario Alderete, secretário de política sindical do PC da Argentina

de assalariados, 2,5 milhões de desempregados e 1,5 milhão de subempregados. O mercado formal de trabalho ab-

surve apenas 2,5 milhões de pessoas. Os demais compõem um vasto mercado informal, precário, no qual 6 milhões são trabalhadores temporários.

"Esta realidade impõe a necessidade de um novo modelo sindical (voltado para a representação do conjunto dos trabalhadores) que a CGT e o MPSL procuram desenvolver", diz Alderete.

No ano passado, ocorreram duas greves gerais na Argentina e mobilizações para pressionar o Parlamento, a presidência e os governos provinciais. Há lutas muito radicais, repressão e enfrentamentos. A crise econômica é grave e vem resultando em mais desemprego e precarização. Para este ano, o Congresso da CTA (convocado para os dias 28 e 29 de maio) deve decidir pela convocação de uma nova greve geral. Dessas paralisações participam apenas a CTA e setores da CGT. Cabe destacar que a participação dos trabalhadores no sistema de transportes têm garantido o caráter geral e o sucesso das greves.

Unidade internacional contra o neoliberalismo

A CUT está convocando para agosto o 2º Encontro Internacional dos Trabalhadores frente à Globalização e ao Neoliberalismo. O primeiro encontro foi realizado em agosto de 1997, em Havana. José Miguel Hernandez Mederos, representante da Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC) na América Latina, que acompanhou a reunião dos sindicalistas classistas em Buenos Aires, falou à *Classe Operária* sobre a importância do 2º encontro:

"Nós consideramos fundamental que o 2º Encontro Internacional dos Trabalhadores contra o Neoliberalismo seja exitoso. Em perspectiva, poderá significar um avanço na constituição de uma estratégia mais concreta de ação contra o neoliberalismo.

Para o cubano, não se trata de repetir o encontro de Havana, que fez um diagnóstico do neoliberalismo. "No Brasil, devemos abordar coisas mais concretas, aprovar propostas e resoluções viáveis visando um trabalho conjunto.

Ele avalia que a América Latina tem sido um laboratório da política neoliberal e é bom que o encontro leve em conta os problemas específicos da região. "Estamos dispostos a contribuir com tudo

que seja necessário e esteja ao nosso alcance para que a reunião seja coroada de êxito".

Quanto ao encontro classista de Buenos Aires, acredita que constituiu um passo concreto na direção do caminho indicado em Havana por ocasião do primeiro encontro mundial, quando se defendeu a necessidade de realizar diferentes encontros de caráter internacional.

"É muito bom que o encontro de Buenos Aires tenha sido uma expressão do que defende uma abordagem mais classista no enfrentamento com o neoliberalismo, objetivando construir uma alternativa concreta que contemple os interesses mais legítimos dos trabalhadores".

NOTAS:

- (1) A delegação brasileira foi integrada por João Batista Lemos, secretário sindical do Comitê Central do PCdoB e coordenador da Corrente Sindical Classista (CSC) Sérgio Barroso, da Executiva Nacional da CUT, Gilda Almeida, da Executiva Nacional da CUT, Antonio Balbino, vice-presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos



José Miguel Hernandez Mederos, representante da CTC (Cuba)

da CUT Marcelino Rocha, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim (MG) Marta Seara Rabenschlag e Cláudio Klein, diretores da Fenajure, e o jornalista Umberto Martins, da CSC.

- (2) O equivalente aos governos estaduais no Brasil.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

BOMBAS SOBRE A EUROPA

O assalto à razão no ataque do império

MIGUEL URBANO RODRIGUES

Tal como em 1918, tal como em 1945, será fácil, dentro de alguns anos, explicar aos jovens porque, de repente, em março de 1999, a Força Aérea norte-americana começou a despejar bombas no coração da Europa.

Hoje é muito difícil clarificar as coisas porque os pretextos invocados pelo agressor — que é singular embora mascarado de plural — são falsos mas foram trabalhados para serem consumidos como verdades através de uma gigantesca engrenagem de mídia controlada pelos responsáveis do crime. Assim, no jogo da desinformação, a mentira é imposta como verdade e vice-versa.

O novelo de absurdos principia no motivo invocado para justificar as bombas que explodem na Iugoslávia. Washington e os seus aliados da OTAN acusam o governo de Milosevic de se recusar a assinar o Acordo de Paz de Rambouillet. A argumentação, mais do que farisaica, é pouco inteligente. Não há acordo sem consenso. O que Belgrado recusou foi um Diktat, de contornos hitlerianos, cuja aceitação implicava a ocupação militar de parte do seu território por forças da OTAN.

Nestes dias de angústia, o criminoso bombardeamento da Iugoslávia insere-se numa crise de civilização, a mais complexa e grave desde a desintegração do Império Romano do Ocidente.

O Diktat da OTAN é uma peça a mais numa estratégia que visa à perpetuação do domínio político, militar e econômico dos EUA sobre o planeta Terra. Chegou agora a vez da Europa (...)

A Iugoslávia foi selecionada como alvo e vítima de uma agressão militar gratuita, monstruosa, desencadeada à revelia do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No âmbito da Doutrina de Samuel Huntington, que faz dos EUA a nação predestinada, com a missão quase divina de governar o mundo, instituindo pelas armas — quando necessário — a Pax Americana, as grandes derrotadas neste processo são a Europa dos 15 e a Rússia.

Ao participarem como cúmplices na guerra imposta à Iugoslávia, o Reino Unido, a Alemanha, a França, a Itália e outros Estados e países membros da OTAN não se apercebem ainda de que para eles a Cruzada apresenta facetas suicidas. As bombas da OTAN que explodem de Belgrado ao Montenegro, de Pristina às fronteiras da Macedônia, da Albânia, da Romênia, da Bulgária, configuram uma agressão indireta a uma desejada reumanização do projeto de uma Europa unida pela solidariedade dos seus povos. A reação dos mercados financeiros, esse monstro que desgoverna, desestabiliza e arruina o mundo, carrega uma primeira advertência: o dólar sobe, o euro cai. A agressão, concebida, planejada e organizada em Washington, configura, paralelamente, um crime contra a humanidade. A clivagem Norte-Sul, transparente na polarização dos debates sobre o Kosovo travados na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, confirma que a Europa segue a reboque dos EUA.

Bill Clinton, ao multiplicar os apelos à destruição da Iugoslávia, insiste, num discurso de recorte quase bíblico, em apresentar Milosevic como um herdeiro político de Hitler.

Não correrá muita água pelo Danúbio até o dia em que, rompida a cortina da mentira erguida pela engrenagem de um sistema de informação perverso (no qual os jornalistas atuam como funcionários da rede-teia de aranha), o desenvolvimento da História aclare que são, afinal, os EUA, neste último ano do segundo milênio da nossa era, quem retoma na condução da sua estratégia de hegemonismo os métodos do Reich nazi.

O sistema de poder que em Washington transforma em política de Estado os seus projetos imperiais, o núcleo belicista que defende a tese do império perpétuo, os generais, os congressistas e os intelectuais que insistem, em nome da ajuda humanitária, em desencadear agressões armadas contra os povos — como fizeram em Granada e na Somália e agora na Iugoslávia — comportam-se como porta vozes de um sistema de poder que nas suas relações internacionais somente encontra precedente pelo amoralismo no reich hitleriano.

O assalto à razão que identificamos no bombardeamento selvagem da Iugoslávia é irmão do assalto à razão que nos anos 30 começou a encaminhar a Europa para a matança da II Guerra Mundial.

A condenação da cruzada criminosa vem dos próprios EUA onde em dezenas de cidades saem às ruas manifestações exigindo o fim da agressão. Por toda a Europa a oposição ao genocídio da Iugoslávia cresce a cada dia.

Belgrado passou a ser uma trincheira da defesa de princípios e valores universais. Paradoxalmente essa tarefa homé-



Vítimas da guerra criminosa contra a Iugoslávia

rica foi imposta aos iugoslavos pela necessidade de sobreviver.

Diríamos estar contemplando, angustiados, o prólogo de uma tragédia grega atualizada. Pelo simples ato de resistir, o povo da Iugoslávia assume neste momento uma representação que o transcende. A luta do povo iugoslavo em defesa do seu direito à sobe-

ria plena e à independência passou a ser, como foi a do vietnamita, como é a do cubano, um combate pela humanidade, pela defesa de um projeto de vida que principiou a tomar forma há 3 milênios nas civilizações nascidas quase simultaneamente na China, nas margens do Indo, do Nilo e do Tigre-Eufrates.

Agressão dos Estados Unidos à Iugoslávia é ameaça aos povos

A OTAN, que está comemorando seus 50 anos, transformou um país de 12 milhões de habitantes em um campo de concentração, onde ninguém entra ou sai. Os agressores unilaterais afirmam categoricamente que não cessarão os ataques sem que suas condições sejam aceitas pelos agredidos. A intervenção militar com bombardeios continuados ocorre há mais de um mês. Os alvos preferidos são a infraestrutura da Iugoslávia, unidades produtivas, energia, transportes, comunicações. Alguns dados mostram que os bombardeios atingem, crescentemente, alvos civis, como o recente ataque à TV sérvia — o

que causou protestos até de aliados como a Itália.

Os motivos reais envolvem a expansão da ação político-militar dos Estados Unidos e da OTAN para os Balcãs com influências sobre o Oriente Médio e a abertura para a região do Cáucaso, chegando à fronteira da Rússia. Envolve o controle de matérias-primas minerais como o petróleo, em especial sobre as jazidas do mar Cáspio. Do ponto de vista geopolítico, promove a destruição das possibilidades de se configurar um país independente com certo desenvolvimento industrial.

O mercado de armas e a poderosa indústria armamentista norte-americana têm grande

influência na deflagração deste e outros conflitos similares. O desenvolvimento da indústria bélica tem tido destaque no processo de desenvolvimento e desempenho geopolítico dos EUA. Este tipo de campo de operação é cada vez mais necessário para o teste de tecnologia militar, como é o caso atual das armas subatômicas.

A mídia trata a questão absolutamente de forma propagandística — propaganda apenas para um lado da guerra: o do invasor. Há motivos econômicos definidos na excessiva subordinação da grande mídia: o da ligação entre os grandes conglomerados de comunicação e a os complexos industriais — bélicos

— envolvidos no conflito. O professor Aleksandar Jovanovic, do Departamento de Educação comparada da USP, elenca alguns dados sobre esse envolvimento: a General Electric Company que, dentre outras coisas, produz as turbinas dos jatos norte-americanos usados nas operações da OTAN, ao mesmo tempo é acionista majoritária da NBC Television. Esse tipo de relação explica porque a mídia cumpre esse papel de 'vanguarda' de propaganda dessa guerra.

É a agressão imperialista dos Estados Unidos — através da OTAN, passando por cima das prerrogativas da ONU — sobre a Iugoslávia, a questão central. A evolução das ações

militares atuais são uma ameaça à paz mundial. Está em jogo uma regressão civilizacional e em curso a implantação de um novo tipo de fascismo que vai tomando suas características próprias, que é o fascismo norte-americano. A resistência, hoje, da Iugoslávia interessa ao mundo progressista por ser uma resistência contra uma ordem fascista internacional imposta pelos EUA-OTAN.

A agressão merece repúdio e ações para seu cessar imediato. No mundo inteiro tem crescido o movimento contra a agressão dos EUA. Em vários países tem ocorrido manifestações e até o Papa se pronunciou contra esta guerra.

FORMAÇÃO

Estudos econômicos de Marx (3)

MADALENA GUASCOPEIXOTO

* Utilizando as próprias palavras do autor, destaquei neste fichamento algumas das principais idéias contidas no Texto (Introdução à crítica da Economia Política) dando ênfase em duas de suas partes: 1. A Produção e 3. O Método da Economia Política.

Sobre o Texto:
Prefácio Para a Crítica da Economia Política.

Este prefácio tem extrema importância para o entendimento do marxismo em suas partes constitutivas: concepção filosófica; economia política e socialismo científico. Neste texto Marx sintetiza o núcleo da teoria marxista, aponta as conclusões basilares de sua teoria da história social.

O texto em questão está estruturado da seguinte maneira:

* Em seu início, Marx sintetiza como devem ser entendidos os seus estudos do Sistema da Economia Burguesa. "capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado; Estado, comércio exterior, mercado mundial." O prefácio antecede a publicação da primeira parte de seus estudos, representando a primeira parte do livro Primeiro, que trata do *CAPITAL* e de suas subdivisões em capítulos.

* No início do texto, Marx faz uma interessantíssima abordagem explicitando qual o percurso que o levou a estudar Economia Política.

* Neste percurso destaca-se o



trabalho por ele elaborado de revisão crítica da Filosofia do Direito em Hegel, da qual retirou, em síntese, as seguintes conclusões: "relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil'."

* Após ter terminado este trabalho de crítica da filosofia do direito em Hegel, Marx, pelas conclusões a que chegou, compreende que a anatomia da sociedade burguesa deveria ser procurada na Economia Política. Tendo como indicativo este caminho, inicia seus estudos em Paris, continuando-os em Bruxelas, explicita então neste prefácio a conclusão geral que serviu de fio condutor a estes estudos.

* Passarei agora, utilizando as palavras do autor, a destacar algumas das interfaces desta grande conclusão geral: "Na produção social da própria vida, os homens

contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais."

* "A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência".

* "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência".

* Sobre o movimento dialético da sociedade, movimento este que constitui o seu processo histórico, Marx conclui: "Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade destas quais aquelas até então tinham se movido".

De maneira que: "De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações de produção se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social".

* Quando ocorre esta contradição coloca-se na pauta histórica a necessidade de transformação de uma dada formação social. "Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir".

* Marx descreve da seguinte maneira o processo de transformação social: "Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo as formas ideológicas pelas quais os homens

tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim".

* Não se julga a consciência social de uma época a partir dela mesma e sim "é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção".

* Marx termina o prefácio relatando o intercâmbio de idéias que manteve com Engles, de grande importância no desenvolvimento de seus estudos, destaca o *Manifesto do Partido Comunista* escrito conjuntamente com Engles; o *Discurso sobre o livre comércio; Miséria da Filosofia e Trabalho assalariado e Capital* como importantes obras através das quais se explicita, de maneira científica, os pontos decisivos de sua concepção teórica.

* Marx finaliza o prefácio com a seguinte idéia que faço questão de destacar: "Este esboço sobre o itinerário dos meus estudos no campo da economia política tem apenas o objetivo de provar que minhas opiniões, sejam julgadas como forem e por menos que coincidam com os preceitos ditados pelos interesses das classes dominantes, são o resultado de uma pesquisa conscienciosa e demorada. Mas na entrada da ciência - como na entrada do inferno - é preciso impor a exigência:

Qui si convien lasciare ogni sospetto. Ogni viltà convien che sai morta." (que aqui se afaste toda a suspeita. Que neste lugar se despreze todo o medo).

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 16

Acertos e desacertos soviéticos

BERNARDO JOFFILY

Em 1928 a URSS passou da NEP (ver o artigo 15) para a política dos **planos quinquenais**, de completa socialização. Em 1930-33, a coletivização agrícola reuniu as pequenas economias camponesas em grandes cooperativas - os *kolkozes*.

As transformações foram fulminantes, causando transtornos, inclusive políticos e especialmente no campo. Porém tiveram um sucesso econômico estupendo, ainda mais em contraste com a crise de 1929 no mundo capitalista. Nos dez anos entre 1929 e 1938, segundo fontes norte-americanas, o PIB da URSS cresceu 72%, enquanto o da Alemanha crescia 40% e o PIB dos EUA diminuía 6,2%.

A economia soviética tornou-se a segunda maior do planeta. Instalou-se o pleno emprego - nem um só desempregado. E o povo melhorou sensivelmente de vida, em termos de alimentação, de instrução ou de

saúde. Era essa a base real do enorme e crescente prestígio do regime soviético, do Partido Comunista e de Stálin, dentro e fora do país, durante toda a época de ascensão socialista que vai até os anos 50.

Insuficiências e erros: o porquê da derrota

Porém ao lado dos êxitos, havia insuficiências e erros também inegáveis. E eles merecem a maior atenção, pois no fundo explicam o porquê da guinada de direita em 1956, do retrocesso posterior e da derrota final da experiência soviética.

Provavelmente os êxitos subiram à cabeça da direção. A teoria, em vez de avançar sempre mais, estagnou-se e "manualizou-se". Já então surgiam manifestações de burocratismo, carreirismo, nepotismo e formalismo, que mais tarde se generalizaram.

O Estado dos Soviets, nascido como um poder exercido pelas massas trabalhadoras, muito mais democrático que a

mais democrática república burguesa, foi por assim dizer se enferrujando. Aos poucos, centralizou-se, passou a violar a legalidade e abusar da repressão policial. A soberania popular tornou-se passiva e acrítica, sob o pretexto de que "a direção sabe o que faz".

A direção cabia ao partido, o PCUS. Porém este foi se confundindo com o Estado e as entidades de massas, açambarcando tudo, tratando de tudo, mas isolando-se das massas e renunciando à condição de destacamento de classe. Dentro do partido, as decisões se concentravam na direção e em Stálin, que passou a ser endeusado. Fora dele, a iniciativa criadora das massas e o controle operário de baixo para cima, tão valorizados por Lênin, tornaram-se formais.

Essas deformações se manifestaram até no campo das ciências e das artes. Conheceu-se o alto preço que elas impuseram à biologia soviética, assim como a mediocridade que se abateu sobre a talentosa pátria de Maiakovsky e Eisenstein



Lênin e Stálin no início da construção da URSS

depois que entraram em vigor as normas da "arte do realismo socialista".

Sentido histórico pioneiro da experiência soviética

Essas insuficiências e erros devem ser encaradas com rigor. Ao mesmo tempo, há que situá-las historicamente: a URSS realizava uma experiência pioneira da humanidade, sem precedentes na trajetória da humanidade, sem exemplos nos quais basear-se (afora a fugaz Comuna de Paris, ver o artigo 4) e em condições inter-

nas e externas extremamente difíceis. Era até certo ponto compreensível que cometesse erros, assim como se compreende que uma criança de colo tropece e caia ao aprender a andar.

Hoje, o acervo dos acertos e desacertos da experiência soviética serve como um valiosíssimo referencial. Os lutadores pelo socialismo aprendem com eles - inclusive com os erros! - a importância de um socialismo renovado que nos esperam no século 21.

PRIMEIROS DE MAIO

Histórias da história do 1º de Maio no Brasil

BERNARDO JOFFILY

A epopéia da luta pela jornada de oito horas e a tragédia dos Mártires de Chicago precisariam ser mais conhecidas do povo trabalhador do nosso país. Afinal, foram elas que deram origem ao **Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores**, há mais de um século. No entanto, mais desconhecida ainda é a saga dos muitos Primeiros de Maio que vêm marcando desde então o movimento operário e sindical brasileiro.

Quando o 1º Congresso da Internacional Socialista (ou I Internacional), reunido em Paris de 14 a 21 de julho de 1889, decidiu convocar uma primeira "manifestação internacional", no primeiro dia de maio, o Brasil ainda era uma monarquia, dominada pelas mais retrógradas oligarquias agrárias. Fazia apenas um ano que liquidara a escravidão, ao fim de dez anos da memorável Campanha Abolicionista - primeira mobilização popular brasileira a adquirir caráter nacional. O escravismo cobrara ao país um terrível tributo de atraso. O capitalismo industrial mal dava seus primeiros passos e o barão de Mauá, seu pioneiro, morria naquele ano ainda amargando a falência do seu grupo empresarial, comprado a preço vil por investidores ingleses e norte-americanos. Vivíamos também a primeira infância do nosso proletariado - que tinha então fortíssimo predomínio de trabalhadores vindos da Europa, principalmente italianos. Não havia limitações à jornada de trabalho, nem qualquer direito trabalhista assegurado por lei.

Junto com as relações capitalistas brotava também a luta de classe do proletariado contra a burguesia. A primeira greve, dos tipógrafos de três jornais do Rio de Janeiro, datava de 9 de janeiro de 1858. A deliberação adotada em Paris, e confirmada em 1891, no Congresso de Bruxelas, não tardou a chegar ao país. E encontrou seguidores.

O que não houve

No dia 15 de abril de 1894, um grupo de operários reuniu-se em um bar do centro de São Paulo (Rua Líbero Badaró, nº 110). Eram anarquistas e socialistas, brasileiros e italianos. Mal chegavam a uma dúzia, mas haviam se colocado uma grande tarefa histórica: comemorar, pela primeira vez no Brasil, o Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores.

Não houve 1º de Maio. A reunião foi delatada, a polícia chegou e levou to-

dos presos. Os brasileiros passaram vários dias num xadrez de São Paulo. Os italianos foram enviados ao Rio onde ficaram oito meses encarcerados (até 12 de dezembro) embora nada fosse apurado contra eles. Entre os encarcerados, alguns eram militantes de renome: Eugenio Gastaldetti, Feliz Vezani, Augusto Donati, Artur Campagnoli.

1895: o primeiro

Apesar desse início nada auspicioso, no ano seguinte (1895) os trabalhadores brasileiros comemoravam pela primeira vez a data internacional do proletariado, na cidade portuária de Santos, São Paulo. A iniciativa foi do Centro Socialista, fundado na mesma época, que mantinha uma biblioteca, inclusive com obras de Marx e Engels (porém só em línguas estrangeiras, sobretudo francês, pois ainda não havia traduções). Com uma palestra em recinto fechado, o proletariado brasileiro se somava aos seus irmãos de classe que já então se uniam solidariamente em todos os continentes.

1906: o que foi às ruas

O primeiro 1º de Maio comemorado em praça pública foi o de 1906. Nosso jovem movimento vivia um pico grevista que vinha de 1903 e iria até 1908. Em 15 de abril daquele mesmo ano, reunira-se na capital da República o primeiro Congresso Operário, com cinquenta delegados, e fundara a Confederação Operária Brasileira (COB). Em sintonia com o ascenso das lutas, o Congresso da COB decide fazer do 1º de Maio um ato público nas ruas, ao invés das comemorações anteriores, que eram em recinto fechado, ou simplesmente bailes, piqueniques e queimas de fogos de artifício.

Há comício no centro do Rio de Janeiro e passeata dos operários de calçados em Porto Alegre. Em São Paulo, o comício é na Praça da Sé, em frente à Federação Operária (onde hoje fica o prédio da Caixa Econômica Federal). Os oradores destacam a solidariedade aos trabalhadores russos executados, encarcerados e enviados para a Sibéria pelo governo czarista por motivo da Revolução de 1905. Jundiaí, centro ferroviário paulista, chega a reunir 5 mil pessoas.

1919: o do grande ascenso

As lutas refluíram em 1909, mas deram a volta por cima em 1917-1919. Em São Paulo, a greve geral de 12 a 17 de



A Classe Operária impressa na tipografia de O Jornal, no Rio de Janeiro

julho de 1917 ganha contornos de insurreição, com barricadas, tiroteios e uma assembléia intercategorias com 80 mil pessoas, depois que o patronato cede às reivindicações. Outras greves gerais atingem o Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Salvador e Curitiba. Em Santos, uma greve dos portuários conquista finalmente a jornada de trabalho de oito horas.

O 1º de Maio de 1919 reflete esse grande ascenso. A passeata na capital federal reúne perto de 50 mil participantes. Segundo o jornal *A Razão*, os manifestantes "cantaram as estrofes libertárias de *A Internacional* e da *Canção Operária* e lançaram gritos em honra da Nova Rússia e de Lenin". À noite, no teatro Recreio, o tema ainda é a Revolução de Outubro, que passa a disputar com o anarquismo a hegemonia do movimento operário brasileiro.

1925: o d'A Classe Operária

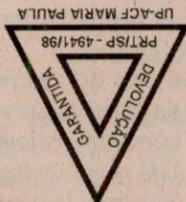
Depois de 1919 as lutas voltam a refluir. O 1º de Maio de 1924 é fraco e dividido: no Rio há duas manifestações concorrentes, uma com 1.500 pessoas, na Praça Mauá, outra com 500, na Praça 11 de Agosto. Em São Paulo há oradores que atacam a União Soviética e os comunistas se retiram em protesto. Porém no ano seguinte dois fatos mostram que o dia internacional dos trabalhadores mantém sua significação. Um é que o 1º de Maio passa a ser feriado nacional, por decreto do presidente Artur Bernardes - o mesmo que considerava a questão social "um caso de polícia". O outro é que circula nessa data, com tiragem de 5 mil exemplares, a primeira edição do jornal *A Classe Operária*

ria, órgão central do Partido Comunista do Brasil. Desde então, há 74 anos, *A Classe* acompanha e orienta as lutas do povo trabalhador.

Tantos primeiros de Maio

Muitos Primeiros de Maio se passaram desde esses tempos heróicos da infância do nosso movimento operário e sindical - uns cavalgando possantes ascensos da luta, outros enfrentando descensos, dificuldades, perseguições e crises. Apenas a título de exemplo, citamos alguns. O de 1950 no porto gaúcho de Rio Grande, em que a heroína Angelina Gonçalves morreu crivada de balas, envolta na bandeira nacional dos manifestantes, que a polícia arrebatara e ela conseguira retomar. O de 1968 na Praça da Sé, São Paulo, em plena ditadura militar, onde 8 mil manifestantes puseram o governador Abreu Sodré para correr do palanque e transformaram a mistificação oficial em mais um dia de luta. Ou o de 1980 em São Bernardo do Campo, em plena greve dos metalúrgicos e ainda sob a ditadura, quando, após horas de tensão sob o cerco de helicópteros, "brucutus", cavalos e cães policiais, mais de 100 mil pessoas lotaram o estádio de futebol de Vila Euclides. O tema daria um livro, um belíssimo livro, feito da coragem e tenacidade das muitas gerações proletárias brasileiras que, desde 1895, proclamam seus objetivos e classe e sua solidariedade internacionalista.

Nota: Boa parte dos fatos relatados neste artigo vêm do livro *História das lutas sociais no Brasil* (Editora Alfa-Ômega, 1977), de Everardo Dias (1883-1966) - um ótimo documento sobre os primeiros passos do nosso movimento operário, na voz de quem ajudou a realizá-los.



IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista
Tel.: (011) 3104 4140

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

